

Cadernos de Cultura e Ciência

Culture and Science Periodicals

Terceiro setor, capital social e desenvolvimento territorial: o caso do IDSS

Third sector, social capital, and land development: the IDSS case.

José Raimundo Cordeiro Neto¹, Christiane Luci Bezerra Alves²

Universidade Regional do Cariri, Departamento de Economia, Crato, CE, Brasil

Terceiro setor, capital social e desenvolvimento territorial: o caso do IDSS

Third sector, social capital, and land development: the IDSS case.

José Raimundo Cordeiro Neto¹, Christiane Luci Bezerra Alves²

Departamento de Economia, Universidade Regional do Cariri

Resumo

A emergência de grande diversidade de instituições que não se enquadram na dicotomia Estado – Mercado, configurando estratégias além dessas dimensões é a razão pela qual o presente artigo inter-relaciona argumentos teóricos e empíricos para demonstrar as suas potencialidades na mobilização da formação de capital social (conjunto de recursos imateriais facilitadores das ações coordenadas entre agentes sociais) e na contribuição ao processo de desenvolvimento econômico. Após estabelecer os conceitos referenciais, analisa-se a experiência de uma ONG localizada no município de Nova Olinda - CE, o IDSS. Os aspectos observados permitem considerar as organizações do terceiro setor como elos entre os atores sociais locais, facilitando o empreendimento de ações coletivas. No caso da organização estudada, verifica-se, na sua orientação teórica e nos instrumentos de atuação que produziu e utiliza, perspectivas mais concretas de construção de capital social local e de desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial.

Palavras chave: terceiro setor; capital social; desenvolvimento territorial; IDSS

Abstract

The rise of a great diversity of institutions not fitting the state-market dichotomy, setting strategies beyond such dimensions is the reason why this article inter-relates theoretical and empirical arguments to demonstrate its potentiality in immobilizing social capital formation (set of non-material resources which eases the coordinate actions among social agents) and in contributing to the economical development process. After establishing the main concepts an experience of a NGO in Nova Olinda town, CE – IDSS – is analyzed. The observed features allow the third sector organizations to be considered as links among local social actors, easing the collective actions undertaking. Referring to the surveyed organization, a more concrete prospect of local social capital formation and land development process unchain were found in its theoretical orientation and action tools it made and uses.

Key words: *third sector; social capital; land development; IDSS*

¹ Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/URCA, Departamento de Economia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Regional do Cariri, R. Cel. Antônio Luiz, 1161, 63100-000, Crato, CE, Brasil. Fone: (88) 3102-1212; FAX: (88) 3102-1271 E-mail: netocorde@bol.com.br.

² Professora Adjunta do Departamento de Economia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Regional do Cariri, R. Cel. Antônio Luiz, 1161, 63100-000, Crato, CE, Brasil. Fone: (88) 3102-1212; FAX: (88) 3102-1271.

Introdução

A vida em sociedade faz com que a sociabilidade seja um aspecto fundamental à gestão da identidade de cada indivíduo e com que os processos sociais passem a mediar todas as dimensões da vida, inclusive a *economia*.

Uma implicação desse contexto, como afirma Oliveira (2006, p.21), é que “isto exige a criação de instituições que tornem efetiva a comunhão dos seres humanos entre si, na medida em que elas garantam os direitos fundamentais do ser humano, enquanto fundamento de uma sociabilidade radicada na solidariedade”. Por isso, a Ciência Econômica tem voltado parte substancial de suas atenções à influência que aspectos institucionais possuem em processos como o Desenvolvimento Econômico.

Compreendendo-se por instituições as leis e normas que regem uma sociedade, bem como as estruturas sociais que se relacionam com a coletividade, a visão predominante, até algumas décadas atrás, representava o mundo pela dualidade institucional *Estado – Mercado*, em que, necessariamente, as instituições estariam em um ou outro lado, a exemplo dos órgãos públicos como pertencentes ao Estado e as empresas como componentes do mercado.

Atualmente, essa dicotomia tem sido revista “no sentido de conceber uma terceira esfera, situada entre o Estado e o mercado, constituída pela sociedade civil organizada, comprometida com o desenvolvimento de formas autônomas de solidariedade” (BENTO, 2003, p. 69).

A emergência da sociedade civil organizada é situada por autores como Naves (2003) e Bento (op. cit.) na conjuntura mundial pós-socialista e neoliberal das décadas de 1980 e 1990, quando a esperança depositada no papel do Estado como principal espaço para a aquisição da cidadania já não mais encontrou sustentação prática, sendo não satisfatoriamente substituída a utopia do socialismo pelo discurso da hegemonia absoluta do mercado, que, automaticamente, conciliaria todos os interesses individuais.

A globalização que se aprofundou resultando na redução do princípio da soberania nacional em nome da liberdade das grandes corporações enfraqueceu o poder do Estado, ao mesmo tempo em que gerou uma intensa inquietação em relação aos crescentes níveis de iniquidade social (pobreza, fome, exclusão social, etc), que contradiziam as promessas neoliberais.

Os mesmos autores observam que parte das entidades nas quais se organizam os membros da sociedade civil constitui o que passa a ser denominado *terceiro setor*,

compreendendo, de forma genérica, “todas as entidades que não fazem parte da máquina estatal, não visam lucro e não se afirmam com discurso ideológico, mas sim sobre questões específicas da organização social” (NAVES, op. cit., p. 565).

Os impactos econômicos do surgimento desses elementos podem ser compreendidos pela abordagem do capital social, que segundo Dowbor (2005), surge nos trabalhos do professor norte-americano da Universidade de Harvard, Robert Putnam.

A noção de capital social se refere a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM apud ABRAMOVAY, 2000, p. 2). Nesse sentido, considera-se oportuno e adequado utilizar essa referência para analisar a atuação do terceiro setor, visto que a responsabilidade que repousa sobre seus agentes os pressiona pela criação de instrumentos e processos capazes de mobilizar, nas sociedades em que atuam, os demais atores sociais em torno de questões comuns.

Ao situar as referidas organizações no contexto do tecido social que as envolvem, também podem ser feitas algumas considerações no que diz respeito aos aspectos do território que permeiam a apropriação do capital social e a possibilidade de desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial.

Ajudam a justificar a abordagem adotada neste trabalho, algumas considerações e questionamentos feitos por diversos autores no sentido de instigar, implícita ou explicitamente, a pesquisa científica sobre o assunto, a exemplo de Dowbor (op. cit.), quando afirma a importância de compreender a força de estratégias sociais postas em prática e de buscar construir dinâmicas com capacidade para fortalecê-las. Para isso, segundo o autor, “seria interessante [...] proceder a certas pesquisas sobre como está se dando a acumulação de capital social em diversas regiões do país” (DOWBOR, 2005, p. 169).

Diante do exposto, assume-se como objetivo geral deste artigo relacionar argumentos teóricos e empíricos que demonstrem as possibilidades de mobilização de capital social para a promoção do desenvolvimento territorial pelas organizações do terceiro setor.

Procedimentos Metodológicos

Para possibilitar a verificação empírica do problema a ser investigado, esta pesquisa adotou como principal delineamento o estudo de caso, pelo qual a investigação, após estabelecer e inter-relacionar seus fundamentos teóricos, foi direcionada para uma

organização da sociedade civil, localizada no município cearense de Nova Olinda. Trata-se do Instituto do Desenvolvimento Socioambiental Sustentável – IDSS, uma organização não-governamental fundada em fevereiro de 2005.

Quanto à área de estudo, o referido município possuía uma estimativa populacional de 12.530 habitantes em 2.005, com R\$ 1.682,00 de PIB *per capita* em 2002. A taxa de urbanização e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M) foram, respectivamente, de 52,94% e 0,637 em 2000 (IBGE, 2006).

O estudo foi centrado na linha de atuação planejada pelo IDSS e nas suas relações com outros agentes sociais. Os dados utilizados tiveram como fontes alguns de seus documentos institucionais (Estatuto Social, Regimento Interno, projetos, atas de reuniões, relatórios, materiais de divulgação) e observações realizadas através do acompanhamento de algumas atividades.

Nesta perspectiva, a pesquisa possui caráter explicativo, pois “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 1999, p. 44).

Terceiro Setor, Capital Social e Desenvolvimento Territorial

Terceiro setor

O terceiro setor, apesar de complexo e heterogêneo, pode ser entendido como o:

conjunto de atividades espontâneas, não governamentais e não lucrativas, de interesse público, realizadas em benefício geral da sociedade e que se desenvolvem independentemente dos demais setores (Estado e Mercado), embora deles possa, ou deva, receber colaboração (MAURO e NAVES apud NAVES, op. cit., p. 574).

Como já se mencionou o surgimento das instituições do terceiro setor no contexto internacional, voltar-se-á agora às condições de sua origem no Brasil, tendo como referência o trabalho de Naves (op. cit.).

Para esse autor, são duas as fontes dessas entidades no país. A primeira se refere à *filantropia*, que desde tempos imemoriais esteve presente em diversas sociedades e deu corpo, por exemplo, às Santas Casas da igreja católica, bem como à formação de diversas fundações derivadas de grandes fortunas. Em geral, essas iniciativas possuíam um cunho assistencialista que a segunda vertente considera pejorativa. Essa segunda fonte, por sua vez, é representada pelos *movimentos sociais e populares* das décadas de 1960 e 1970, quando, a partir do golpe militar de 1964, a repressão dos direitos políticos e da organização sindical impediu a expressão desses movimentos em nível macrossocial, os quais, como

estratégia, adotaram o trabalho comunitário, criando espaços associativos mediados pelos interesses localizados nas comunidades.

Com a redemocratização brasileira, entretanto, as reivindicações dos referidos movimentos não tiveram o fortalecimento esperado, haja vista que a base de suas propostas residia nas “idéias de esquerda”, ao mesmo tempo em que a idéia predominante advogava a falência do projeto socialista e a hegemonia do neoliberalismo, que, ao seu turno, se demonstrava insatisfatória para a grande maioria da população.

Desse quadro político emergiu um novo enfoque para as lutas populares, agora vinculadas à questão da cidadania, no âmbito dos direitos humanos universais e não mais com ênfase no conflito *capital – trabalho*. Com isso, na

passagem dos anos 80 à década seguinte, surgiram, no Brasil, um tipo de organização inexistente até então: entidades voltadas para questões de interesse público, capazes de formular projetos, monitorar sua execução e prestar contas de suas finanças: as organizações não-governamentais (ibid., p.570).

Não obstante a diversidade de ONG's³ quanto às suas áreas de atuação, Naves (op. cit.) apresenta a classificação efetuada por Maria da Glória Gohn, dividindo-as em três grandes grupos: a) as *caritativas*: seguidoras do modelo assistencialista realizado pela filantropia; b) as *ambientalistas*: relacionam-se às problemáticas dos recursos naturais e do patrimônio histórico; e c) as *cidadãs*: entendidas como aquelas que inserem sua atuação num contexto de luta pela efetivação dos direitos humanos, da *Cidadania Plena*.

Embora aponte desafios, tais como a ausência de credibilidade de muitas entidades desse conjunto, Naves (op. cit.) defende a existência de muitas perspectivas favoráveis ao terceiro setor no Brasil, em face “da incapacidade do Estado brasileiro em propor estratégias, programas e metas para superar as profundas desigualdades sociais” (ibid., p. 577).

Para Montaño (2003), existem grandes debilidades na conceituação predominante de *terceiro setor*. De acordo com esse autor, “se este é identificado com a sociedade civil e se, historicamente, é a sociedade que produz suas instituições [...], o ‘terceiro setor’ seria na verdade o primeiro” (ibid, p. 54). Da mesma forma, são apontadas deficiências conceituais em relação à falta de uma definição rigorosa dos componentes dessa categoria, que

³ As organizações não-governamentais passaram a se diferenciar das demais formas de organização principalmente por atuarem, geralmente, dentro de circuitos de cooperação global, angariando recursos financeiros por meio de organismos internacionais. Outra particularidade reside nas relações com o setor público, cujo auxílio é possibilitado, diferentemente do que ocorria durante o regime militar em relação aos movimentos sociais.

acabaria por compreender um conjunto muito heterogêneo de elementos. Seu estudo defende a concepção de que a categoria em questão compõe um instrumento de reestruturação capitalista, do qual o Estado e o mercado lançam mão, “revertendo qualquer ganho histórico dos trabalhadores nos seus direitos de cidadania” (ibid, p. 19). Entretanto, segundo o próprio autor, essa abordagem “põe limitações na medida em que não diferencia a filantropia da ‘pilantropia’” (ibid, p. 18).

Embora considere a coerência inquestionável e a importância dessa última vertente, este trabalho abstém-se de levar em conta suas implicações mais profundas, em virtude de tratar-se, aqui, de um estudo de caso, enquanto que em Montaño (op. cit.) o enfoque se dá sobre o conjunto das organizações da sociedade civil.

Capital Social

A discussão feita por Monastério (2005) apresenta o capital social como um bem público formado por recursos simbólicos encontrados em um contexto de proximidade social entre os agentes de uma sociedade. Esse modo peculiar de capital pode ser visto como um *fator produtivo adicional* na função de produção econômica ou como um *elemento potencializador* da produtividade dos demais fatores, no que se assemelha com a dotação tecnológica.

Tratam-se das características imateriais, como normas de reciprocidade, conduta ou redes de cooperação, formais (ou não), que permitem que os agentes de uma sociedade possam potencializar suas ações e alcançar resultados que de outra forma seriam custosos ou impossíveis (ibid., p. 166).

Disso pode-se presumir que as instituições do terceiro setor são importantes elementos mobilizadores de capital social devido à teia de relações que precisam manter com uma série de outros atores sociais para efetivar suas ações⁴.

Ao discorrer sobre esse tema, Abramovay (op. cit.) considera que o papel desse tipo de recurso na dinamização socioeconômica está na capacidade de coordenação entre os atores, gerada pela qualidade e diversidade das instituições, mediante a emergência de um clima de confiança que permite um nível satisfatório de previsibilidade entre os agentes. O

⁴ De fato, atividades como a organização da entidade, a execução de empreendimentos viáveis, a articulação de outras forças, a permanente comunicação com a sociedade, a elaboração de métodos de informação e avaliação da sua atuação, entre outras, compreendem elementos importantes na construção de virtudes sociais.

capital social está relacionado à superação das condutas oportunistas que prevalecem no contexto da maioria das economias capitalistas hodiernas⁵.

Assim, o capital social não pode prescindir do conhecimento, por cada agente, do universo valórico dos demais, pois:

O controle sobre o risco de comportamentos não cooperativos só é efetivo se os atores interiorizarem os elementos morais pressupostos na colaboração entre eles. Existem sanções pela conduta 'desviante', mas elas só funcionam pela presença de recursos morais que têm a virtude de aumentar conforme seu uso e dos quais a confiança é o mais importante (ibid., p. 3-4).

Outra observação que deve ser considerada é que “a força de uma conexão social é definida como uma combinação de tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos que as caracterizam” (GRANOVETTER apud MONASTÉRIO, op. cit., p. 169).

Quanto à classificação dos tipos de capital social, Monastério (op. cit.) apresenta três modalidades: a) *Bonding social capital*: é associado aos laços existentes entre membros de grupos homogêneos, em que os indivíduos se encontram numa mesma posição; b) *Brindging social capital*: relaciona membros de grupos sociais distintos e permite que as diferenças sociais sejam respeitadas; e c) *Linking social capital*: apresenta-se nos tipos de relações em que pessoas economicamente desfavorecidas interagem com agentes em postos de decisão em organizações formais.

Diante da complexidade intrínseca aos processos que permitem a manifestação desses recursos, vale ressaltar a afirmação de Giddens (apud GOMES DA COSTA, op. cit., p. 35): “a democratização da democracia depende de uma vigorosa cultura cívica [e] mercados não produzem esse tipo de cultura”. Se, por outro lado, a prática política do Estado Mínimo impede que o setor público atue eficientemente nesse sentido, as esperanças de transformação social se depositam justamente na sociedade civil organizada, a terceira dimensão institucional.

Desenvolvimento territorial

A aproximação entre o que se vem discutindo e o conceito de *desenvolvimento territorial* é permitida em função de que as entidades da sociedade civil geralmente exercem suas atividades em áreas previamente selecionadas como espaço de atuação e, a partir

⁵ Contraditoriamente, se a liberdade individual foi apregoada pelos defensores do sistema (neo)liberal como condição *sine qua non* para a obtenção do desenvolvimento capitalista, essa mesma condição, em geral, proporciona o fortalecimento de um individualismo exacerbado que inibe a dinâmica socioeconômica potencial pelo clima sufocante de desconfiança que origina.

desse é que se estruturam seus principais laços sociais, interagindo com a realidade historicamente configurada pelos agentes desse território⁶.

Nessa perspectiva, este artigo se baseia no conceito de território apresentado por Abramovay (op. cit., p. 4), como sendo a representação de “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades” que resultam “de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir” (ibid., p. 5).

Dessa forma, Dallabrida e Fernández (2005) definem o desenvolvimento territorial como o “estádio de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentada na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população”(DALLABRIDA e FERNÁNDEZ, op. cit., p. 240).

As duas variáveis determinantes no processo em questão seriam, conforme os autores acima, a inovação territorial e a organização sócio-territorial. Esta última muito se assemelha à noção de capital social, já discutida. A primeira, por sua vez, relaciona-se diretamente a densidade do tecido institucional, trata-se da “capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente” (MÉNDEZ apud DALLABRIDA e FERNÁNDEZ, op. cit., p. 246).

Essa abordagem enfatiza ainda mais o papel das instituições, que devem interagir densamente, criando redes e, sobretudo, incorporando o papel inovador, facilitando o fluxo de conhecimento, idéias e aprendizagem, além da aquisição da capacidade de governança local, entendida como o poder coletivo para realizar ações de interesse social.

Para Dallabrida e Fernández (op. cit.), a possibilidade de construção de um padrão de desenvolvimento territorial (que transcenda o aspecto econômico e alcance o social, o ecológico, cultural, ético-político e a ordenação territorial) tem sido depositada sobre as

⁶ No caso específico do Instituto do Desenvolvimento Socioambiental Sustentável – IDSS, como se verá adiante, o aspecto relativamente restrito, em termos geográficos, da sua ação, centrada em um pequeno município, facilita essa abordagem ao permitir que a observação das suas relações seja feita com certa profundidade, sem uma excessiva dispersão que prejudique o estudo. Ao mesmo tempo, essa característica não se torna fator desfavorável à qualidade da pesquisa, visto que, como ressalta Dowbor (op. cit.), ser um município pequeno no contexto tecnológico atual não mais significa estar isolado, bem como a distribuição das iniciativas sociais no Brasil, se dá com bastante equilíbrio entre metrópoles, cidades grandes, médias e pequenas. Ademais aparece que nas primeiras “as experiências levam mais tempo para se tornarem significativas, pelo próprio porte da concentração urbana, e o poder das dinâmicas anteriores. Mas em cidades pequenas e médias, é bastante impressionante a intensidade de aprendizagem com o que está se fazendo pelo Brasil afora em termos de desenvolvimento local” (DOWBOR, op. cit., p. 173).

interdependências não-mercantis, o que alarga o potencial da contribuição das entidades do terceiro setor.

A linha de atuação proposta pelo instituto do desenvolvimento socioambiental sustentável – IDSS

Uma leitura do Estatuto Social do IDSS indica que seu surgimento e suas ações estão relacionados à temática do Desenvolvimento Sustentável⁷ (IDSS, 2005b), que surgiu a partir das preocupações com a ação devastadora sobre a natureza por parte do modelo hegemônico de desenvolvimento, e pode ser definido como aquele “que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMDA apud ANDRADE, 2001, p. 27).

O ato de eleger a promoção desse tipo de desenvolvimento como finalidade institucional, confere ao IDSS a necessidade de agir de forma multidisciplinar, porquanto a própria concepção de *sustentabilidade* supera os sentidos ecológico e econômico, que, à primeira vista, parecem identificá-la.

Ao mesmo tempo, para Andrade (op. cit.), o planejamento e a realização de estratégias adequadas a essa nova concepção tornam-se elementos mais complexos, pois o desenvolvimento passa a ser visto de forma holística, incorporando as dimensões *ambiental, social, cultural e política*, além do componente *econômico*⁸.

Uma vez teoricamente apoiado sobre essa visão, entende-se que o IDSS tem como objetivo essencial, pautar suas ações de forma que estas atendam ao máximo alguns requisitos. Do ponto de vista *econômico*, trata-se de partir do pressuposto de que “qualquer melhoria econômica, sob a égide do que o homem procura, significa acumulação de capital e o esgotamento de alguma categoria de recursos não-renováveis [...]. Dessa maneira, o desenvolvimento, tal como vivenciado pelo planeta, não pode ser literalmente sustentável” (CAVALCANTI, 2001, p. 160). Logo, a questão consiste em empreender de modo *ecologicamente correto*, respeitando as limitações naturais, sem abandonar a eficiência necessária ao bom desempenho econômico. Pressupõe também buscar estender os benefícios diretos e indiretos do que se produz ao maior número possível de pessoas (inclusão social).

⁷ Expressão popularizada pelo relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado no final da década de 1980 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMDA), da Organização das Nações Unidas – ONU.

Em termos *ambientais*

sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema [...]. Equivale à idéia de manutenção do sistema de suporte da vida. [...]. Significa comportamento que procura obedecer às leis da natureza (ibid., p. 165).

Daí entende-se a necessidade de que a proposta da entidade estudada assuma como meta contribuir para a manutenção do estoque de recursos naturais através de suas atividades.

No que se refere ao componente *social*, Stahel (2001) assinala que a questão meramente ecológica não deve ofuscar elementos importantes como o tema dos desequilíbrios nas relações de poder econômico e político, sobretudo

a própria lógica de um sistema [capitalista] que gera uma minoria de privilegiados às custas de uma maioria que, não tendo acesso aos frutos materiais do sistema, se contentam em usufruir dos seus lados negativos: as condições de trabalho subumanas, a poluição e a vida na periferia das grandes metrópoles, a violência e a desagregação social, as condições de alienação e o desenraizamento social, etc (STAHHEL, 2001, p. 119).

Dado que nenhuma sociedade sustentável é possível, sem que se trave uma discussão sobre essas questões, surge a exigência de que as mesmas estejam incorporadas pela atuação da organização pesquisada, de forma que possam permear e se fazerem presentes nas suas estratégias institucionais, assim como preconiza o seu Estatuto Social ao fazer a opção de atuar junto às classes populares (IDSS, 2005b).

Quanto à dimensão *cultural*, Andrade (op. cit., p. 35) afirma que “o desenvolvimento que destrói tradições e histórias é um desenvolvimento sem futuro porque é baseado somente no presente”. Mais que isso, Stahel (op. cit.) acrescenta que o padrão capitalista é regido pelo horizonte temporal do mercado, que relativamente ao tempo da biosfera é sempre de curto prazo, quando não curtíssimo, o que gera um descompasso temporal crescente em função do progresso técnico, acelerando o tempo histórico e “erodindo a memória histórica, a capacidade de posicionamento por parte dos agentes sociais” (STAHHEL, op. cit., p. 116). A consideração desse aspecto implica que a busca de um modelo de sustentabilidade alternativo à insustentabilidade do sistema hegemônico requer ações

⁸ Segundo a autora, essa multiplicidade é fruto do alargamento dos três princípios básicos propostos para o modelo por Ignacy Sachs, a saber: a *prudência ecológica*, a *eficiência econômica* e a *justiça social*.

que respeitem os diversos saberes e práticas histórica e socialmente produzidos pelos diferentes grupos humanos, e que são as características fundamentais de suas identidades.

Por último, cabe comentar a dimensão *política*, geralmente identificada com o desafio de sanar os desequilíbrios na divisão de poder, isto é, o fortalecimento da democracia. Nesse sentido, o que se espera da atuação de uma instituição cuja proposta está assentada sobre o conceito de sustentabilidade é que haja uma substancial contribuição à democratização da sociedade e do Estado. Quanto à sociedade isso supõe “o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição dos recursos e da informação para os setores subordinados, o aumento da capacidade de análise de suas organizações e a capacitação para a tomada de decisões” (GUIMARÃES apud ANDRADE, op. cit., p. 34). Semelhantemente, exige-se também a democratização do Estado, ou seja, “a abertura do aparato estatal para o controle cidadão” (GUIMARÃES apud ANDRADE, op. cit., p. 35).

Diante desse quadro, observa-se que a necessidade de mobilizar capital social é inerente às pretensões institucionais do IDSS, haja vista que o modelo de *Desenvolvimento Sustentável*, como denunciam seus pressupostos, não pode ser efetivado mediante esforços de atores isolados, mas carece ser verdadeiramente construído com base em um pacto social que reúna a heterogeneidade dos agentes sociais, num projeto coletivo de superação de uma realidade que é insustentável.

Os instrumentos práticos de atuação do IDSS

São listados a seguir os principais instrumentos de atuação do IDSS, associando-os às interações institucionais que a entidade mantém de forma contínua através dos mesmos⁹.

O primeiro instrumento percebido nesse contexto é o *Centro de Inclusão Digital – CID*, constituído por dez microcomputadores utilizados em cursos de informática destinados à comunidade local, tendo em vista o combate à exclusão sofrida pelas camadas populares frente aos mecanismos da sociedade da informação.

É interessante observar que as atividades promovidas através do *CID* vão além do que se poderia denominar como capacitação tecnológica ou ações com vistas à qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Embora o referido centro cumpra essa tarefa, ele acaba por contemplar mais do que o aspecto econômico, o que se evidencia por meio da proposta curricular dos cursos ofertados (IDSS, 2007). Há uma divisão clara dos conteúdos

⁹ Em função da ênfase deste trabalho nas possibilidades de consolidação de capital social, não são consideradas aquelas relações que possuem caráter exclusivamente mercantil, como as transações com os fornecedores de materiais indispensáveis, por exemplo.

entre o que a entidade denomina de “*parte técnica*” e um segundo conjunto de temas denominados como “*formação social*”, no qual percebe-se a preocupação institucional em difundir entre os alunos participantes uma melhor compreensão a respeito da *Cidadania* e da *Organização Comunitária*. Isso manifesta um transbordamento da utilização do *CID* para o que se poderia entender como dimensões sociais e políticas, ao promover a discussão sobre as desigualdades socioeconômicas e incentivar a formação de processos de participação coletiva nos sistemas de tomada de decisão e nos espaços de exercício do poder.

Visto pelo lado das inter-relações que propicia, esse instrumento foi responsável pelo vínculo do IDSS com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pois foi obtido por meio do Projeto de Instalação de Telecentros de Informação e Negócios levado a cabo pelo primeiro. Uma vez realizada a etapa inicial de doação dos aparelhos, a participação ministerial nos trabalhos do *CID* têm ocorrido através de ações como o fornecimento de um curso à distância para os gestores e educadores de telecentros, o acompanhamento via solicitação de relatórios de desempenho, a articulação do *CID* com vários projetos desse tipo em andamento no Brasil mediante a criação de uma associação composta pelos mesmos¹⁰ e a busca de apoio de outros ministérios, bem como de outras instituições (como empresas) para as entidades gerenciadoras de telecentros.

Em termos locais, o *Centro de Inclusão Digital* possibilita significativa interação com diferentes setores da comunidade onde o IDSS está localizado, em função do intercâmbio gerado com os freqüentadores do *Curso de Formação Básica em Informática*, que mantêm o funcionamento do *CID* mediante o pagamento de taxas que garantem a sua manutenção¹¹.

O segundo instrumento a ser mencionado é o *IDSS Informativo*, um impresso mensal de quatro páginas produzido e veiculado mensalmente pela instituição estudada. Assim como definido no seu primeiro número, em julho de 2006, trata-se de “um espaço de informação e discussão de conteúdo voltado para os aspectos populares locais, fortalecendo o diálogo entre os agentes sociais do município e respeitando a diversidade de suas idéias e opiniões”.

Uma leitura dos oito números do *IDSS informativo* que haviam circulado até fevereiro de 2007 demonstra, também nesse instrumento, a presença de um esforço empreendido no

¹⁰ A construção de um sítio na *Internet* que divulgue todas as experiências brasileiras de implantação de Telecentros, para o qual o *CID* já se encontra cadastrado, é outra ação ministerial que deverá ser executada em breve para facilitar o contato entre as entidades que gerenciam esses espaços pelo Brasil afora e a busca de parceria pelas mesmas.

¹¹ Ao final de 2006, segundo registros do IDSS, mais de 80 alunos concluíram esse curso e no término de 2007 espera-se que os 116 alunos matriculados atualmente o estejam concluindo.

intuito de estabelecer uma atuação de caráter holístico por parte dos membros da entidade, única responsável pelos conteúdos abordados. A diversidade das próprias seções que constituem os folhetos informativos configura a principal evidência dessa característica, contemplando questões econômicas, educacionais, ambientais, políticas, religiosas, relacionadas à saúde pública e à cidadania em geral, experiências de entidades comunitárias do município, informações sobre as atividades da própria entidade, sobre as manifestações artístico-culturais locais e regionais, entre outras.

A tiragem mensal de 500 exemplares do *IDSS informativo* é viabilizada pelas contribuições financeiras realizadas pelos leitores, juntamente com o apoio de alguns pequenos empreendedores locais ou de municípios vizinhos, que recebem em contrapartida um espaço destinado à divulgação dos seus empreendimentos no folheto produzido. Além dos leitores e de tais empresários, esse instrumento possibilita à instituição pesquisada interagir também com diversas outras entidades comunitárias localizadas em Nova Olinda – CE quando dos contatos realizados para divulgar suas experiências¹², bem como com várias outras instituições, internas e externas à sua área de atuação, na medida em que o recolhimento das informações a serem veiculadas exige o diálogo constante com as mesmas.

Um terceiro instrumento de atuação do Instituto é a *Biblioteca Popular Profª Maria Constância da França Muniz*. Fundada em dezembro de 2006, dispõe de mais de 754 obras doadas por trinta e quatro entidades de diversas partes do Brasil e constitui um espaço de leitura e pesquisa acessível à comunidade local no objetivo de “colaborar na construção e contribuir no acesso ao conhecimento”, conforme o próprio projeto que a criou (IDSS, 2006).

A colaboração das organizações doadoras das publicações foi obtida através da correspondência por endereço eletrônico, na qual os idealizadores do referido projeto o apresentavam e solicitavam auxílio para a concretização do objeto planejado, sendo que o apoio daí obtido foi imprescindível à estruturação da *Biblioteca Popular*¹³.

Embora seja bastante recente, observa-se nesse terceiro instrumento um relativo potencial para incrementar a integração local do IDSS, em virtude da sua utilização pelos seus frequentadores, entre outras formas de vínculos sociais que possa engendrar.

As participações dos membros do IDSS em trabalhos realizados por outras instituições, a exemplo do auxílio na organização de eventos e prestação de assessoria, têm

¹² O que é facilitado pela existência de um registro, no IDSS, dos dados básicos das diversas associações atuantes no município de Nova Olinda.

¹³ Mesmo sabendo das dificuldades encontradas para manter contatos contínuos com esse grupo de instituições, a organização estudada solicitou às mesmas a contribuição constante com o projeto iniciado.

contribuído para formar relações consideráveis com agentes internos e externos à sua área de atuação, criando laços inclusive com entidades que atuam em nível nacional, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Pastoral da Juventude Rural - PJR. Da mesma forma, configuram uma fonte de interações sociais os auxílios recebidos pelo Instituto para a formação de seus membros, sob a forma de convites para a participação em cursos e seminários, por exemplo. Essa espécie de contribuição fortalece as relações com a PJR e com a CPT e é a base da relação mantida com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA (uma ONG localizada no município de Juazeiro – BA).

Pode-se afirmar também que existem entre o IDSS e as escolas locais, o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, a paróquia local e instituições públicas municipais, laços significativos, baseados na maioria das vezes pela disponibilidade de equipamentos e espaços por parte desse conjunto de instituições para o uso do Instituto em atividades como eventos e realização de cursos.

Por último, vale ressaltar a existência de um conjunto de ações descontínuas, também responsáveis por ter vinculado, ao menos temporariamente, a organização pesquisada com outros agentes, como demonstram os registros das suas atas (IDSS, 2005a), a exemplo do Centro de Ensino Tecnológico do Cariri – CENTEC, do IBAMA, a Universidade Federal do Ceará – UFC, a empresa GL Promoções e Assessoria, a Universidade Patativa do Assaré - UPA e a Prefeitura Municipal de Nova Olinda, essa última por meio da tentativa de obtenção de apoio financeiro do setor público municipal¹⁴.

Considerações finais

A inter-relação feita entre os conceitos de terceiro setor, capital social e desenvolvimento territorial, permitiu observar, teoricamente, a potencialidade que envolve as ações das entidades do terceiro setor no que diz respeito a sua possibilidade de criar mecanismos de geração de capital social e de colaborar decisivamente, como consequência, para o desenvolvimento dos territórios em que alicerçam as suas estratégias. Essa capacidade é atribuída à dimensão não-mercantil das ações em questão e ao significativo número de agentes que envolvem, facilitando a realização de ações coletivas e coordenadas.

Corroborando com essa afirmação, a análise do contexto em que atua uma dessas organizações, o Instituto do Desenvolvimento Socioambiental Sustentável – IDSS, permite

¹⁴ Mediante a submissão de um plano de trabalho baseado em lei municipal, que foi reprovado pela Prefeitura Municipal.

que se observem algumas evidências quanto a sua capacidade de mobilizar capital social no município de Nova Olinda – CE e de contribuir, dessa forma, para a constituição de um processo de desenvolvimento territorial.

Um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à orientação teórica que norteia a atuação do IDSS, expressa no seu Estatuto Social como sendo a concepção de Desenvolvimento Sustentável, o que o caracteriza como uma ONG cidadã, de acordo com a classificação reproduzida anteriormente. Como se pôde perceber na discussão apresentada neste trabalho, as estratégias de promoção de uma sociedade radicada na sustentabilidade requerem ações interdisciplinares e holísticas, que dependem da constante mobilização e diálogo com diversos agentes sociais em busca de um ponto aceitável de consenso entre os mesmos, em relação a questões que envolvem a coletividade. Como essa mobilização deve ocorrer através da relação direta entre esses agentes, ou seja, por meio de fortes interações no interior do tecido social, compreende-se que a organização pesquisada possui uma linha teórica de atuação propícia à formação de um processo de construção de capital social local.

Em termos práticos, observou-se que o IDSS produziu e utiliza um conjunto de instrumentos que permite uma atuação com caráter holístico e promove significativa interação social no espaço em que atua, entre os quais destacam-se o *Centro de Inclusão Digital – CID*, o *IDSS Informativo*, a *Biblioteca Popular*, as *colaborações prestadas a algumas entidades* e os *auxílios recebidos de outras*. Apesar do pouco tempo de realização das referidas experiências (a partir de 2005), as informações coletadas sugerem o início de um processo de formação de capital social, com bastante ênfase no tipo *brindging* (entre grupos sociais distintos), pouco *bonding* (entre grupos homogêneos) e quase nenhum *linking* (entre pessoas desfavorecidas e agentes em postos de decisão). Isso se deve ao fato de que a maior parte das relações envolve agentes de grupos bastante heterogêneos (empreendedores, alunos e leitores de diversas camadas sociais, membros de organizações comunitárias, entre outros) e pouca interação é observada com os grupos dotados de maior poder de decisão na comunidade, sobretudo com o poder público municipal, havendo relativos vínculos apenas em relação às escolas e instituições de porte semelhante.

Em geral, somam-se aos fatores positivos: i) o fato de que grande parte das relações observadas ocorre com razoável frequência (semanal no *CID* e mensal no *IDSS Informativo*, por exemplo); ii) a existência de um veículo de comunicação que permite o conhecimento mútuo entre os agentes; iii) a interação com agentes internos e externos à área de atuação da entidade pesquisada, possibilitando a *interação local-global*; e iv) a presença da reciprocidade em boa parte das interações encontradas, na medida em que há mecanismos de auxílio mútuo nas mesmas.

Sugere-se que esses fatores sejam maximizados através: i) da busca da estabilidade das relações (mais que freqüentes, ao serem estáveis elas poderão conduzir mais facilmente ao processo de formação de capital social); ii) do empreendimento de esforços para reconhecer o universo valórico dos agentes com os quais o IDSS se relaciona, bem como para fazê-los conhecer seu próprio conjunto de valores; iii) da busca de um equilíbrio nas inter-relações com agentes internos e com agentes externos; e iv) a ampliação da proporção de interações baseadas na reciprocidade.

Finalmente, entende-se que as considerações feitas apontam perspectivas favoráveis para que a atuação do Instituto do Desenvolvimento Socioambiental Sustentável – IDSS promova a construção de capital social no município de Nova Olinda e, conseqüentemente, para que contribua significativamente com a constituição de um processo de desenvolvimento territorial nesse espaço.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. Volume 4, nº 2, abril/junho, 2000.
- ANDRADE, I. A. L. de. O desenvolvimento sustentável entre o discurso e a prática. In: GOMES DA SILVA, A. *et al.* **O município no século XXI**. PROEX/UFRN: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- BENTO, L. V. **Governança e governabilidade na reforma do Estado**: entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003.
- BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. SP: Cortez: Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. SP: Cortez: Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Inovação, território e desenvolvimento In: CARVALHO, J. R.; HERMANN, K. (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

- DOWBOR, L. Gestão democrática contemporânea: protagonismo e cidadania In: **Curso de Gestão Democrática e Protagonismo Cidadão**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. SP: Atlas, 1999.
- GOMES da COSTA, A. C. **Por uma cultura de cooperação**. Brasília: SEBRAE, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados: cidades@**. Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 08/08/2006.
- IDSS. Instituto do Desenvolvimento Socioambiental Sustentável. **Curso de formação básica em informática** – material didático 2007. Nova Olinda - CE, 2007. Mimeo...
- _____. **IDSS informativo**. Nova Olinda - CE, vários números: julho/2006 – fevereiro/2007.
- _____. **Projeto biblioteca popular**: Prof^a Maria Constância da França Muniz. Nova Olinda - CE, 2006. Mimeo...
- _____. **Livro de atas**. Nova Olinda - CE, 2005a. Mimeo...
- _____. **Estatuto social do instituto do desenvolvimento socioambiental sustentável - IDSS**. Nova Olinda - CE, 2005b. Mimeo...
- _____. **Regimento interno do instituto do desenvolvimento socioambiental sustentável - IDSS**. Nova Olinda - CE, 2005c. Mimeo...
- MONASTÉRIO, L. M.. Desigualdade e políticas regionais de desenvolvimento: o que diz a abordagem do capital social? In: CARVALHO, J. R.; HERMANNNS, K. (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- NAVES, R.. Novas possibilidades para o desenvolvimento da cidadania In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B.; **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, M. A. de. **A socioeconomia solidária e as práticas de uma vida humana**: um diálogo em construção. Fortaleza: PMF, 2006.

STAHEL, A. W.. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. SP: Cortez: Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.